

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Pesquisa mostra chance da opção Haddad

Novidade da pesquisa foi Fernando Haddad

O dado da pesquisa Quae est divulgada na quinta-feira (12) mais comentado não foi o desempenho eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas a performance do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ao simular diversos cenários, a pesquisa mostra Lula vencendo de todos os adversários colocados no levantamento. Mas, ainda que possa andar comba-

lida, a popularidade de Lula e sua força política é coisa mais do que conhecida. O que chamou a atenção na Esplanada dos Ministérios é que Haddad, confrontado com os mesmos adversários, também venceria em todos os cenários. Em um momento em que o presidente, aos 79 anos, convalesce como consequência de uma queda, a pesquisa gerou animação.

Lula

No Planalto, segue-se repetindo que “não há plano B”. O candidato em 2026 é Lula. Mas o acidente mostrou, no entanto, que é preciso traçar outros cenários. Lula terá na campanha presidencial 81 anos. É prudente imaginar que será candidato se a saúde permitir.

Biden

O exemplo de Joe Biden ronda sempre. Aos 82 anos, o presidente americano insistiu até onde pôde em manter sua candidatura à reeleição. Quando desistiu, talvez não tenha havido tempo para transformar de fato Kamala Harris numa opção viável.

Lula Marques/ Agência Brasil



Quem substituirá Paulo Pimenta?

Ministro precisa contornar notícias amargas

Não é tarefa simples transformar o ministro condutor da economia em presidencial. Mas isso foi conseguido com Fernando Henrique Cardoso a partir do Plano Real. Esse é o grande desafio, comentam aliados do governo. FHC foi eleito a partir do momento em que as melhores na economia claramente foram

sentidas pelo brasileiro em seu bolso. O que tem inquietado é que eventuais conquistas do país na economia, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou o fato agora de o país finalmente conseguir iniciar sua reforma tributária, não se refletem imediatamente numa sensação de melhora na vida das pessoas.

Beligerância

E o governo ainda precisa administrar a beligerância entre os poderes nessa eterna queda de braço em torno da questão orçamentária. Tudo isso está na conta da Haddad. Mesmo assim, porém, a pesquisa Quae mostra que ele está no páreo, e não pode ser desprezado.

Cirurgia

O caso dos procedimentos em Lula era comentado como exemplo. Se, como disse o médico do presidente, Roberto Khalil, o segundo procedimento já era algo previsto, por que isso não foi dito logo? Não dizer acabou gerando a sensação de que o caso era mais grave.

Comunicação

No fundo, transformar avanços econômicos em boas notícias é igualmente uma tarefa da qual o próprio Lula necessita. E esse segue sendo o problema. Já é consenso geral que o governo se comunica mal, e precisa melhorar. E as mudanças de fato acontecerão.

Profissionais

Enfim, comunicação é coisa de profissionais. Se passará a ser assim exercida é outra história. Sidônio Palmeira não estaria inclinado a aceitar a Secretaria de Comunicação a não ser que lhe fosse dada autonomia. E há dúvidas também sobre Edinho Silva.

Senado aprova texto que regulamenta tributária

Texto retorna para a Câmara; relator manteve trava no IVA

Pedro França/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após ser aprovada em uma extensa sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o plenário do Senado aprovou, nesta quinta-feira (12), o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). Em uma nova longa sessão, o texto substitutivo do relator da medida, senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi aprovado no plenário por 49 votos favoráveis e 19 contrários. A aprovação cumpriu, no limite, as expectativas do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Como o texto passou por alterações, ele retorna para a Câmara dos Deputados.

Dentre as mudanças do projeto aprovado no Senado em comparação ao texto da Câmara, está a inclusão de apostas, na modalidade física e online, e extração de minérios de ferro, petróleo e gás natural no Imposto Seletivo (IS) – que é apelidado como imposto do pecado por incluir uma tributação mais elevada a produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Porém, Braga acatou sugestão de isenta a cobrança do IS sobre exportações de minérios.

Por outro lado, ele incluiu a erva-mate na cesta básica de alíquota zero. Biscoitos e bolachas, água mineral e fraldas descartáveis infantis ou geriátricas foram incluídas na cesta básica que reduz em 60% a tributação. O Senado ainda ampliou o cashback para serviços de telecomunicação (internet, telefonia e banda-larga). Os destaques apresentados na CCJ, porém, retiraram do imposto seletivo armas e refrigerantes.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Mi-



Braga e Pacheco comemoram a aprovação do projeto da tributária

nistério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o Ministério da Fazenda “está satisfeito” com a aprovação da medida. Porém, esperava que o relatório final tivesse menos exceções. As informações são do jornal O Globo.

Ele ainda afirmou que essas exceções podem aumentar a alíquota base do IVA. Por exemplo, a inclusão dos serviços de saneamento na alíquota reduzida de 60% deve resultar em um aumento de 0,38%. De acordo com a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, a medida foi necessária para impedir um aumento de 18% na tarifa de água e um eventual reequilíbrio de contratos.

Inicialmente, a alíquota base do IVA estava prevista para ser definida em 26,5%. Todavia, com essas mudanças, a previsão é que ela chegue a 28%. Porém, o relatório aprovado estabelece

uma trava de 26,5% e que, caso o valor da tributação seja superior, o governo terá que propor corte de benefício. Na avaliação do relator, a taxa cairá conforme a transição entre sistemas tributários, com a diminuição da sonegação fiscal.

Próximos passos

A previsão é que a Câmara dos Deputados pautar o projeto na próxima semana até, no máximo, terça-feira (17). Nesta quinta-feira (12), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as reuniões de comissões até a próxima sexta-feira (20), último dia antes do recesso parlamentar. Com isso, na próxima semana, todos os dias na Câmara serão no plenário da Casa para acelerar os projetos de interesse que precisam ser apreciados, incluindo a regulamentação da tributária.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que foi o

presidente da primeira comissão especial da reforma tributária no início do governo Lula, disse ao Correio da Manhã que já há uma articulação para tentar retornar “ao máximo” o texto original na Câmara. “A origem é na Câmara, e é da Câmara a palavra final. Vamos rever boa parte dessas alterações, acredito”.

Armas

Inicialmente, o relatório de Eduardo Braga incluía armas de fogo e munição no Imposto Seletivo. Mas, ainda na CCJ, parlamentares da oposição aprovaram, por 16 votos favoráveis e dez contrários, uma emenda do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que incluía o armamento na isenção tributária.

A retirada das bebidas açucaradas (refrigerantes) do imposto do pecado também foi por destaque. No caso, prevaleceu um lobby pelo guaraná, refrigerante produzido no Brasil.

Projetos de pacote fiscal devem passar por alterações

Mário Agra/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

A próxima semana é a última no Congresso Nacional antes do recesso parlamentar. Nesse período, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado precisarão correr contra o tempo para aprovar uma série de medidas. Dentre elas: o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), o Orçamento para 2025 e o pacote fiscal do governo federal, que pode ser considerado o projeto com maiores divergências entre os poderes.

Em entrevista coletiva nesta quinta-feira (12), após a aprovação do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que é “plenamente possível” aprovar essas pautas de interesse antes do recesso parlamentar. “Um tema desses nos impõe uma grande responsabilidade e agilidade para tratar de temas tão relevantes em um curto espaço de tempo. [Expectativa de aprovação] antes do recesso. Quero crer que este é o sentimento da Câmara e afirmo que é o sentimento do Senado”, declarou Pacheco.

O pacote fiscal foi dividido em três medidas: o Projeto de Lei (PL) 4614/2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de



Isnaldo sinalizou que modificará pacote fiscal

Emenda à Constituição (PEC) 45/2024. O PL 4614 e o PLP 210 já foram aprovados em regime de urgência na Câmara dos Deputados e a expectativa é que a PEC 45 seja anexada a outra PEC que já esteja em estágio avançado na Casa.

O relator do PL 4614, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), declarou, que fará alterações no texto para atender exigências dos parlamentares, mas que o parecer buscará justiça social e fiscal. As informações são do O Globo. “O mercado e a economia não vão se decepcionar com o texto que

vou apresentar”, destacou o parlamentar, que recolhe opiniões e sugestões de congressistas.

Pente-fino

Dentre os tópicos do PL 4614, há um pente-fino nos beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios e seguridades sociais da atualização do Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, o projeto ainda altera os ajustes do salário-mínimo ao limite do arcabouço fiscal, ou seja, propõem que o salário-mínimo continue crescendo acima da inflação,

mas limitado a um crescimento entre 0,6% a 2,5%.

Outro tema polêmico que deve ser discutido pelo relator é a mudança na forma de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) que, segundo a equipe econômica do governo, cortará R\$ 16 bilhões até 2030. Isnaldo Bulhões é do mesmo partido do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. E já sinalizou que o trecho deve ser modificado.

Emendas

O principal motivo do desentendimento entre governo e Congresso sobre o pacote fiscal se trata das emendas parlamentares. As exigências do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino desagradaram grande parte dos parlamentares.

Nesta terça-feira (12), na abertura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), conhecido como “Conselhão”, Dino disse que, mesmo com a pressão do Congresso Nacional acerca das emendas parlamentares, a democracia não permite “chantagens e agressões”.

“Democracia não é regime em que um poder do Estado, qualquer que seja ele, está plenamente feliz, porque, se estiver, é sinal que alguém está infeliz, ou outro poder do Estado, ou mais grave, a população”.